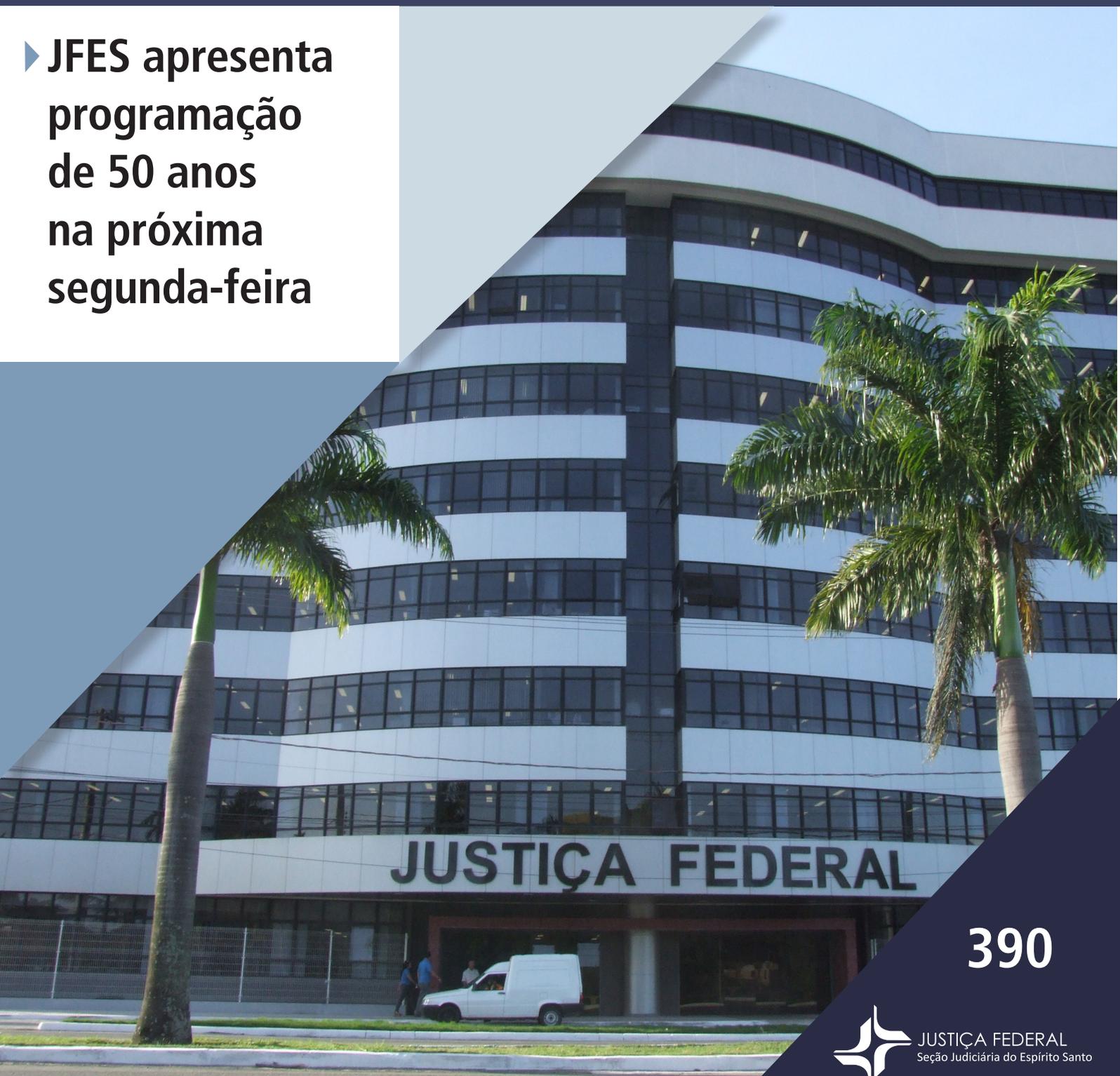


Justiça Federal

Digital

► **JFES apresenta
programação
de 50 anos
na próxima
segunda-feira**



390



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo

► Diretora do foro apresenta programação dos 50 anos da Justiça Federal ao presidente do TRF2

A diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES), juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, fará na próxima segunda-feira, dia 10, o lançamento da Programação em Comemoração aos 50 anos de Instalação da Justiça Federal no estado ao presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal André Fontes. A apresentação será feita na sede da Seção Judiciária, em Vitória, e terá ainda como ponto alto o lançamento da logomarca alusiva aos 50 anos da Seccional.

A Justiça Federal começou a funcionar no Espírito Santo em maio de 1967, no Edifício das Repartições Públicas, localizado na Av. Jerônimo Monteiro, no Centro de Vitória. No entanto, somente no ano seguinte, em solenidade realizada no dia 27 de setembro de 1968, foi oficialmente instalada, no 5º andar do Edifício



Presidente Castelo Branco, na Rua Pietrângelo de Biase, Esplanada Capixaba, Vitória, onde hoje funciona o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. Na ocasião, esteve presente o ministro José Joaquim Moreira Rabello, ministro do extinto Tribunal Federal de Recursos. Era, na verdade, o renascimento da Justiça Federal, que havia sido extinta no país por 30 anos.

Os primeiros juízes federais na ocasião foram Romário Rangel (titular), que dá nome à atual sede da JFES, na Av. Beira-Mar, em Vitória (foto), e Oswaldo Horta Aguirre (substituto).

► Cristiane Chmatalik estreita relações com órgãos parceiros



Com o objetivo de fortalecer cada vez mais a relação entre a Seção Judiciária do ES e os órgãos parceiros, a diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, participou esta semana de três importantes eventos em Vitória e no Rio de Janeiro.

A convite da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo (PRF-ES), Cristiane Chmatalik prestigiou na tarde de segunda-feira, 3 de julho, a solenidade de posse do inspetor Wylis Antonio Lyra (foto à esquerda) como superintendente da PRF-ES, realizada no auditório no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em Vitória.

Já na terça, dia 4, a magistrada participou da inauguração oficial da nova sede da Justiça Federal em Itaperuna, no Rio de Janeiro, na qual estavam presentes o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região,

desembargador federal André Fontes (foto à direita), e a diretora do foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, juíza federal Helena Elias Pinto.

A diretora do foro voltou ao Rio de Janeiro nesta sexta, dia 7, para a solenidade de instalação da 8ª Turma Recursal da Seção Judiciária fluminense.



▶ Videoconferência da Sessão de divulgação do resultado da prova discursiva do concurso para juiz federal será 2ª feira



CONCURSO PÚBLICO PARA
PROVIMENTO DE CARGOS DE
**JUIZ FEDERAL
SUBSTITUTO**
DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
DA 2ª REGIÃO

A Comissão Organizadora e Examinadora do XVI Concurso para Juiz Federal Substituto da 2ª Região realizará na próxima segunda-feira, 10, às 14h, no Plenário do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, no Rio de Janeiro, com transmissão por videoconferência para a sede da Justiça Federal no Espírito Santo, em Vitória, a sessão de divulgação do resultado da prova discursiva.

A vista de prova ocorrerá nos dias 11 e 12 de julho de 2017. Além da vista pessoal, ou o procurador, as provas poderão ser acessadas através do “Espaço do Candidato”, no endereço eletrônico www10.trf2.jus.br/ai/transparencia-publica/concursos/magistrados (esta forma é supletiva, já que pode estar, eventualmente, sujeita a queda de rede, de modo que qualquer dificuldade não reabre os prazos).

De modo residual, o candidato deverá fazer a vista pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, e o horário será de 12 às 17h, na sede do TRF da 2ª Região, na Rua Acre, nº 80, sala 304, Rio de Janeiro-RJ.

▶ Sai edital de promoção de juiz federal substituto

O TRF da 2ª Região tornou público, por meio do edital Nº TRF2-EDP-2017/00010 de 29 de junho de 2017, que se encontram vagas e serão providos, mediante promoção de juiz federal substituto, cargos de juiz federal titular de varas federais, pelos critérios de antiguidade e merecimento.

Há vagas para a 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim/ES (merecimento), Vara Federal Única de Itaperuna/RJ (antiguidade), Vara Federal de Linhares/ES (merecimento), Vara Federal de São Mateus/ES (antiguidade) e Vara Federal de Colatina/ES (merecimento).



▶ Recondução de Fernando Cesar Baptista de Mattos ao CNJ é aprovada pela CCJ*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou a recondução do juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos ao Conselho Nacional de Justiça. A mensagem vai a Plenário para decisão final, com pedido de urgência. *Com informações da Agência Senado.

▶ Justiça Federal e Caixa fazem mutirão de audiências pré-processuais na próxima

A Justiça Federal do Espírito Santo, por meio de seu Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon/NAJ), promoverá, em parceria com a Caixa Econômica Federal (Caixa), um mutirão de audiências de conciliação pré-processuais, com 590 demandas.

O mutirão será realizado entre os dias 10 e 14 de julho de 2017, na sede da Justiça



Equipe Cescon com seu coordenador, o juiz federal Marcelo da Rocha Rosado

Federal, em Vitória, localizada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo.

A Caixa é a parte autora nas ações de recuperação de créditos.

Confira a pauta de audiências no www.jfes.jus.br.

93% de acordos em maio

O Cescon, que em junho deste ano completou seis anos de existência, divulgou os resultados das conciliações realizadas em maio, em parceria com a Caixa, na capital e nas subseções judiciárias do interior. Nas audiências pré-processuais foram alcançados aproximadamente 93% de acordos.

Quer conciliar?

Envie e-mail para conciliar@jfes.jus.br ou ligue (27) 3183-5015.

► Diretora da Secretaria Geral administrativa, Maria Cristina Natalli se aposenta após 31 anos de Justiça Federal



Foi publicado na segunda-feira, 3/7, no Diário Oficial da União, ato da Presidência do TRF2 que concede aposentadoria voluntária à servidora Maria Cristina Natalli, diretora da Secretaria Geral da Seção Judiciária do Espírito Santo.

Cristina Natalli tomou posse na Justiça Federal há 31 anos, em abril de 1986, e atuou sempre na área administrativa. Iniciou sua carreira na antiga Secretaria Administrativa, passando depois pela então Seção de Recursos Humanos e pelo Núcleo de Administração, até assumir a função de diretora da Secretaria Geral, em julho de 2001, na gestão do juiz federal Alexandre Miguel na Direção do Foro. Foram 16 anos à frente do Administrativo. Na foto ao lado, o magistrado prestigia a homenagem de despedida à diretora.

► Neidy Aparecida Emerick é a nova diretora da SG



Assumiu, no dia 3/7, a direção da Secretaria Geral (SG), a servidora Neidy Aparecida Emerick Torrezani. Com larga experiência em cargos de gestão, inclusive como diretora da SG, em 1998, a servidora lembrou sua carreira antes e na Justiça Federal, falou sobre sua formação acadêmica, dos prêmios que recebeu por ideias para a melhoria dos procedimentos da Justiça e sobre sua expectativa, retornando ao cargo quase 20 anos depois.

Nascida em Lajinha/MG, Neidy morou em Cachoeiro de Itapemirim/ES e, depois, veio para Vitória, onde fez Letras na Ufes. Foi aprovada no concurso para Polícia Militar do Espírito Santo, onde ficou por quase dois anos. Fez concurso para a Justiça Federal, cursou Direito, já servidora. Trabalhou na antiga 4ª VF-Cível, na antiga 6ª VF-Cível, até depois de sua transformação em 1º JEF, e nos outros dois juizados especiais federais de Vitória. Num deles, inclusive, no 2º JEF, teve sua primeira oportunidade como diretora de secretaria. Fez agora um MBA em Liderança e Desenvolvimento Humano, pela Fucape, concluindo no fim de 2016, e ainda tem pós-graduação em Direito Público.

Processos físicos

Sua primeira experiência administrativa, como gestora, foi na Secretaria Geral, numa outra realidade, ainda com processos administrativos físicos, “não existia SIGA, nada disso”, recordou. Foi “um aprendizado de outras matérias, de conhecimento de outras pessoas, de outro modo de trabalhar, de outros procedimentos. Uma visão diferente da Justiça, uma visão de bastidores da Justiça que eu achei bem interessante, que eu acho que só me enriqueceu como administradora”.

Em agosto de 2005, recebeu convite da juíza federal Cristiane Conde Chmatalik para assumir a direção da secretaria do 2º JEF, onde ficou por 13 anos, até a última semana de junho deste ano, quando a juíza foi removida, a pedido, para a 6ª VF-Cível de Vitória, vara especializada em matéria previdenciária, tributária e de servidor público.

Cursos e comissões

No entanto, mesmo durante todo o período em que trabalhou na área judiciária, Neidy Torrezani sempre teve um papel muito ativo na JFES, ministrando cursos de gestão dentro do programa de desenvolvimento gerencial (PDG) e atuando em diversas comissões de melhoria de atendimento ao público e nos procedimentos.

Sua atuação, inclusive, foi premiada algumas vezes, como em 2006, no Prêmio Melhores Ideias, instituído pela então diretora do foro Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto, quando obteve o 3º lugar, e no Prêmio de Novas Ideias, do Superior Tribunal de Justiça, onde apresentou trabalho sobre uma forma de gestão aplicada no 1º JEF que depois também foi utilizada no 2º JEF e por onde mais passou, “e ela só foi se desenvolvendo”.

Gente tratada com respeito

Participou também, junto ao Conselho da Justiça Federal e à Fundação Getúlio Vargas, de um estudo sobre os juizados especiais federais para definir planejamento estratégico, metas, o que se faria com os JEFs, que foram criados sem muita estrutura. Participaram desse projeto juízes, diretores, servidores. A seleção consistia de redação, questionário e entrevista com psicólogo da FGV e englobava pessoas de todo o Brasil.

“Sempre fui interessada por esse tipo de coisa, na tentativa de enxergar a Justiça como um todo. Na verdade, a Justiça não se restringe só à atividade fim, ela é muito mais do que isso. E se a gente não tiver essa visão, eu acho que tudo fica comprometido. Então eu sempre tive isso comigo, que era muito mais do que eu fazia lá em cima (na área judiciária)”. Ela acredita que “gente tem que ser tratada como gente. Nada se faz sem gente. Gente tem que ser respeitada”.

Ao comentar sobre sua expectativa ao assumir novamente a Secretaria Geral, disse, “engraçado que parece uma volta a um ponto de partida”. “E eu lembro que indiquei Cristina (Maria Cristina Natalli), para ficar como diretora da Secretaria Geral”. “Foi Cristina quem lembrou disso: ‘você me indicou e agora eu estou saindo e você está voltando’. É como se fosse. Porque eu estou no abono de permanência e é como se eu estivesse voltando ao meu começo aqui na Justiça. É bem interessante”. Agora, segundo ela, “é uma sensação diferente, e é uma Justiça informatizada, tudo macro, os processos administrativos são eletrônicos, é um desafio e tanto”.

Muito a contribuir

A nova diretora da SG acredita que ainda tem muito a contribuir. E citou como exemplo reunião que fez com a equipe da 6ª VF-Cível na

última semana. “Eu saí de lá deixando o pessoal emocionado e eu fiquei emocionada também. Fiquei uma semana com eles, mas foi o suficiente para eu me apaixonar, porque a gente percebeu como a gente tem como contribuir”. “Você via na primeira reunião que a gente fez com eles que eles ficaram encantados. É? Posso? Tem certeza? Funciona? Foi um encantamento. E é isso que me energiza, sabe? Toda vez que eu consigo ajudar a melhorar um processo de trabalho, ajudar alguém a entender, a gostar do que faz, descobrir a pessoa certa para o lugar certo, isso tudo pra mim é muito gratificante. Eu acho que eu ainda posso fazer muito disso. O dia em que eu sentir que não tenho mais pique, que eu não tenho mais energia, realmente é minha hora de aposentar.”

‘Olhar de visita’

“Eu gosto muito do ‘olhar de visita’. Eu falo que a gente tem que ter ‘olhar de visita’ na vida da gente. Aonde a gente vai eu falo: ‘aproveita meu olhar de visita’, que eu estou chegando agora e eu sou a visita. Eu sou aquela que vai questionar por que que aquela panela fica ali. Por que o pessoal daqui põe o sofá virado para a janela ao invés de no centro da sala. Então eu estou cheia de ‘olhar de visita’, eu estou cheia de questionamento e de vontade de aprender também, porque tem muita coisa para aprender porque muita coisa mudou, e tentar ajudar.”

No lugar do outro

“Uma coisa que eu acho que é importante é que, ainda que você não tenha como solucionar um problema, é direito das pessoas, dos integrantes da Justiça, saberem exatamente o que está ocorrendo. Porque você fica mais indignada não é pela falta de energia, mas porque as pessoas não te dão informação. Isso eu já aprendi como gestora. Se você tem uma gestão transparente, clara, que preza pela informação o tempo todo, você não retém aquilo pra você. Se você sempre se coloca no lugar do outro, fica tudo mais fácil. Eu pretendo me esmerar nisso.”

► Centro Cultural JF e Academia Feminina Espírito Santense de letras convidam para palestra “Maria Nilce e Taneco”

O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), em Vitória, e a Academia Feminina Espírito Santense de Letras (AFESL) convidam para palestra do escritor e Acadêmico Marcos Tavares: “Maria Nilce e Taneco”. Aberta ao público, a palestra será realizada na terça-feira, 11/7, às 16h30, no auditório da sede da Justiça Federal do ES (Av. Marechal Mascarenhas de Magalhães, 1877, Monte Belo, Vitória).

Maria Nilce e Taneco são personagens de destaque na história capixaba.

Maria Nilce Magalhães nasceu em 23 de julho de 1941, na fazenda Fundão dos Índios, distrito de Timbuí, em Fundão.

Em 5 de junho de 1989, foi assassinada quando chegava com a filha a uma academia no bairro Praia do Canto, na capital capixaba.

A jornalista começou sua vida profissional em 1967, escrevendo uma coluna social diária no jornal A Tribuna, intitulada “M.S.M”. Ela também produziu e apresentou, durante um bom tempo, o programa Coisas e Gente Muito Importante, na TV Vitória.

Ainda na televisão, Maria Nilce foi a primeira mulher-jornalista a aparecer no vídeo em âmbito nacional, integrando o júri do Chacrinha na Hora da Buzina, apresentado aos domingos na TV Globo, Rio de Janeiro. Em 1969 saiu de A Tribuna para, junto ao esposo, Djalma Juarez, também jornalista, comprar o Jornal da Cidade.

Escreveu vários livros: Eu, Maria Nilce, uma autobiografia; Crônica de uma ilha muito doida; Como o Diabo gosta; entre outros de crônicas

de suas viagens ao exterior e sobre destaques e personalidades de Vitória. (Baseado no texto de Carlos Benevides Lima Junior, historiador, no site Morro do Moreno)

José Hygino de Oliveira nasceu em 11-01-1913, em Vitória (ES), e faleceu em 09-01-2011, filho de pai sergipano e mãe espanhola.

A Vila Rubim de sua época tinha casas de estuque, de barro batido, penduradas nos morros, cobertas de palha, ou, quando muito, um telhado de zinco. Devido a essa peculiar arquitetura cognominou-a Cidade de Palha.

Entre os seus 8 anos a 10 anos de idade, a ausência de seu pai e o lar extremamente pobre levaram-no a exercer diversos pequenos serviços, como carregador de trouxa de roupa (sua mãe era lavadeira), vendedor de amendoim, de doces, entregador de recados, guia de cego e outros mais.

Na escola, não possuía material próprio. Lia a Cartilha que um colega lhe emprestava após ter decorado a lição e feito os exercícios. Uma bondosa Professora dividia com ele a merenda.

No entanto, alimentava Taneco, (assim era chamado, pois, apesar de desvalido, José Higino era "endiabrado", Taneco é sinônimo de Diabo) um sonho: ser jornalista. Uma compulsão por escrever tudo quanto lhe ocorresse.

No serviço militar (Exército), Rio de Janeiro, o soldado 2284 chegou à posição de oficial de costura preferido por várias autoridades, até Governadores, tão preciso e metucioso era o corte desse aprendiz de alfaiate. Assim, prosperou no ofício, ao mesmo tempo em que constituiu a empresa que vislumbrava: uma oficina de Artes Gráficas, "Tipografia Taneco".

Nascido pobre, tornou-se um homem de alto nível econômico, social e intelectual. Presidente de sindicatos e de clubes sociais; tesoureiro e vogal de entidades públicas; e membro do Instituto Histórico e Geográfico do ES e da Academia Espírito-santense Letras (AEL).

Publicou vários livros: Vida (1992), Meus versos (1995), Cidade de Palha (1997), Obrando com a cabeça (1998), De tudo um pouquinho (1999), Sombra e silêncio (2000), Recuerdos (2004), Dedicado à minha Vila Rubim (2005) e Memórias (2011). (Baseado no texto de Marcos Tavares, Revista Novembro/2014 da Academia Espírito Santense de Letras).

Depois
Eu deixarei a vida e
vocês com saudade...
E o dia que partir
não chorem,
sorriam. Se
possível.
Deixe que me vá.
Será outra vida!...
Irei feliz - em busca da
paz...
Meus defeitos - não
lembrem.
Minhas virtudes, se as
tive - esqueçam.
Deixem que me vá...

NOTÍCIAS DO TRF2

► Presidente do TRF2 e pesquisador da UFRJ falam sobre desenvolvimento sustentável e justiça ambiental no CCJF*

O presidente do TRF2, desembargador federal André Fontes, e o professor José Carlos da Costa Silva Pinto, titular do Programa de Engenharia Química da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abriram, na manhã da sexta-feira, 30 de junho, a programação do Primeiro Seminário Desenvolvimento e Justiça Ambiental, realizado no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), no centro do Rio de Janeiro. O evento dá sequência às atividades voltadas para a promoção da cultura jurídica em várias áreas, que vêm sendo estimuladas na gestão do desembargador federal Reis Friede, como diretor-geral do CCJF. O magistrado assumiu o cargo em abril deste ano.

“O lixo tem de ser visto como o que é, de fato: matéria-prima para vários tipos de aplicação”. Com essa declaração, o pesquisador José Carlos da Costa Silva Pinto sintetizou um dos principais pontos da sua palestra, que abriu os trabalhos do seminário. Sua fala atacou dogmas do senso comum, como, por exemplo, o de que o problema da produção e uso do plástico e de seus derivados estaria no fato de que o material permanece íntegro por muito tempo, na natureza.

Ele explicou que ser degradável não é atributo, por si só, vantajoso para qualquer tipo de composto e que o problema central da questão está na capacidade – ou falta dela – de reaproveitamento de produtos feitos com plástico, através da reciclagem, que pode ser feita por diversos processos: “estima-se que trinta por cento de todo o trabalho realizado no mundo sirva apenas para recuperar bens deteriorados. O plástico pode ser usado em aplicações muito variadas, justamente para aumentar a durabilidade desses bens”, disse o engenheiro, defendendo, ainda, que o Brasil precisa modernizar seu pensamento sobre o problema do lixo, abandonando o modelo baseado na universalização dos aterros sanitários: “Os aterros são um erro, porque estão amparados na cultura do descarte e não do reuso e da reciclagem”.



André Fontes: juristas e ambientalistas não dialogam



José Carlos da Costa Silva Pinto: lixo é matéria-prima

Direito ambiental não progrediu com a ciência

Já o desembargador federal André Fontes, que palestrou em seguida, alertou sobre os problemas que envolvem a judicialização da questão ambiental. O magistrado lembrou que os juízes, ao decidir sobre processos relacionados ao tema, levam em conta laudos de peritos técnicos que não consideram as diferenças entre os diversos ecossistemas, “como se não houvesse grande variedade de biomas”. Para ele, o laudo é uma representação da realidade que não pode ser confundida com os fatos em si.

André Fontes destacou que a Justiça considera as disputas focando no direito das partes, deixando para segundo plano o impacto

da decisão sobre o meio ambiente: “Quando o Judiciário aprecia uma ação, fá-lo ponderando, por exemplo, os direitos do licenciado para determinada prática de exploração, em face de ato da Administração que colide com os interesses desse licenciado. Ou então, resolve uma lide sobre direito à propriedade em área de proteção. Mas o problema ambiental não entra em debate. Trata-se de uma abordagem antropocêntrica, mas deveria ser centrada na vida”, criticou. O desembargador afirmou ainda que os juristas e os cientistas deveriam estabelecer canais de diálogo: “O direito ambiental brasileiro não progrediu junto com a ciência”. O Primeiro Seminário Desenvolvimento e Justiça Ambiental foi realizado por meio de parceria entre o CCJF e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (Unisuam). A comissão organizadora do evento foi composta pelo desembargador federal Reis Friede, pelo professor Antonio Luís Santos Lima e pela diretora executiva do Centro Cultural, Maria Geralda de Miranda.

Parcerias acadêmicas



Na parte da tarde, o seminário abriu espaço para apresentações de pesquisas de pós-graduação de professores e alunos da Unisuam. Gercton Coutinho, discorreu sobre “Os desafios da sustentabilidade no consumo de turismo: análise dos impactos socioambientais na Ilha Grande-RJ”. Rachel Cristina Santos Pires sobre “Gestão sustentável dos recursos hídricos na região da Leopoldina-RJ: estudo do lançamento de esgoto em toda a extensão do rio Faria-Timbó”. “Cláudia Valéria Cunha Figueiredo abordou a Qualidade de vida do idoso: promoção em saúde e desenvolvimento local na Zona da Leopoldina-RJ”. Laura Kiyoto

Ide ensinou a “Utilização de carne de rã-touro na culinária asiática”. E Bruno Matos de Farias mostrou a “Horta vertical por meio do equipamento GardenMix”.

O evento foi concluído com o espetáculo “Carlos Drummond de Verdade”, apresentado pelo diretor e ator Sérgio Mota. Nele, foram passados em revista textos que expressam uma atormentada e também galhofeira autoanálise do poeta.

A Diretora Executiva do CCJF explicou que o seminário faz parte de uma iniciativa da nova gestão e contou que, no dia 9 de julho, foi apresentado um termo de cooperação cultural que permitirá a instituições de ensino superior fazer parcerias e convênios, a fim de fomentar e desenvolver, conjuntamente, atividades acadêmicas e culturais nos espaços do edifício histórico: “Assim, além de manter o reconhecimento nacional do CCJF no incentivo ao acesso a diversas formas de expressão artística, nessa gestão também será dada grande importância às parcerias acadêmicas”, disse, Maria Geralda de Miranda.

*Fonte: TRF2

NOTÍCIAS DO CJF E DO CNJ

▶ CJF libera R\$ 8,2 bilhões em precatórios comuns*

O depósito dos valores aos beneficiários caberá aos TRFs, segundo cronogramas próprios

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos tribunais regionais federais (TRFs), em junho de 2017, os limites financeiros de R\$ 8.298.962.518,94 relativos aos precatórios comuns, para o pagamento de 6.390 pessoas, em 5.135 processos.

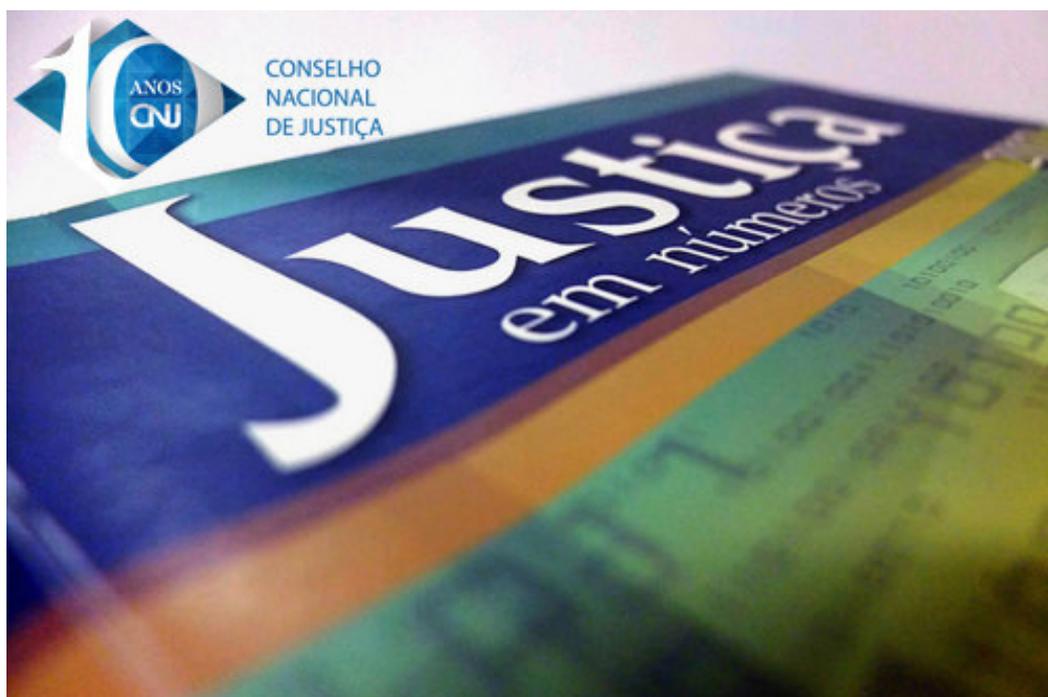
À 1ª Região, foram destinados R\$ 3.314.727.434,28, em 1.276 processos, alcançando 1.560 beneficiários. Já ao TRF2, o valor foi de R\$ 1.108.330.980,21, em 680 processos e igual número de pessoas. Ao TRF3 foram liberados R\$ 832.176.657,43, que atingirão 1.107 pessoas, em 1.039 processos. Para a 4ª Região, o montante foi de R\$ 704.499.349,67, em 1.809 processos e 2.195 beneficiários. Por fim, o TRF5 recebeu R\$ 2.339.228.097,35 para o pagamento de 848 pessoas, em 511 processos.

Os precatórios são expedidos em cumprimento a sentenças judiciais transitadas em julgado - aquelas em que não há mais possibilidade de recursos -, em processos da União ou de suas entidades: autarquias e fundações federais. Os de natureza comum são aqueles que não se enquadram na definição de natureza alimentícia.

O CJF esclarece que cabe agora aos TRFs, de acordo com seus cronogramas próprios, o depósito dos valores junto às instituições financeiras oficiais - Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. *Fonte: CJF



▶ CNJ: Selo Justiça em Números passa a ser obrigatório aos tribunais*



O Selo Justiça em Números 2017, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em reconhecimento aos tribunais que investem na excelência da produção e disseminação de seus dados, passará a ser obrigatório. Até então, apenas os tribunais que se inscreviam concorriam ao Selo, que possui as categorias de diamante, ouro, prata e bronze. A edição de 2017 do selo foi instituída pela Portaria n. 46/2017, publicada na última quarta-feira (28/7) no

Diário de Justiça, e torna a avaliação obrigatória para todos os tribunais do País.

O Selo Justiça em Números é conferido aos tribunais desde 2013, com o objetivo de incentivar o aprimoramento do sistema de estatísticas e da produção de dados do Poder Judiciário. Contribui, ainda, para fornecer subsídios que auxiliem no planejamento estratégico dos tribunais e do CNJ e para promover a transparência e melhoria da gestão judiciária.

A portaria define que os tribunais terão o prazo de 20 a 30 de setembro de 2017 para encaminhar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o selo. O envio dos dados é feito pelo serviço webservice desenvolvido pelo CNJ.

Avaliação pela produtividade

Além do requisito básico de encaminhamento adequado das informações constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), também são avaliados outros itens como o nível de informatização do tribunal, o uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

Os tribunais serão avaliados, também, pela eficiência da prestação jurisdicional, pois serão pontuados de acordo com o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), um índice que compara a produtividade entre tribunais do mesmo ramo e com estruturas similares. O IPC-Jus é divulgado no relatório Justiça em Números, publicado anualmente pelo CNJ e principal fonte de estatísticas oficiais do Poder Judiciário.

Sustentabilidade e atenção ao 1º grau

Entre as exigências para recebimento do Selo Justiça em Números 2017, está ainda a implantação, pelos tribunais, de núcleos socioambientais, conforme previsto na Resolução CNJ n. 201, de 2015, que determina aos órgãos do Poder Judiciário a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) para reduzir o impacto ambiental de suas atividades.

Desde a publicação da Resolução 201, as iniciativas de sustentabilidade na gestão do Poder Judiciário têm melhorado a eficiência dos tribunais – o consumo de papel não reciclado, por exemplo, teve queda de 9% no consumo entre todos os ramos do Judiciário, entre 2015 e 2016.

Outro requisito é a implantação do Comitê Gestor Regional no tribunal, conforme determina a Resolução CNJ n. 194, de 2014, que instituiu a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

A norma tem por objetivo fazer frente às dificuldades de funcionamento de varas, cartórios e outros órgãos da primeira instância, devido ao volume excessivo de ações para julgar e ao déficit de recursos materiais e humanos. De acordo com o Relatório Justiça em Números, 92% dos processos que tramitam na justiça estão em primeira instância; um juiz de primeiro grau tem uma carga de trabalho duas vezes maior que um magistrado de segunda instância.

NOTÍCIAS DO STJ

▶ STJ: Primeira seção decidirá juízo competente para demandas ilíquidas contra massa falida*



A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou uma proposta de afetação para decidir, sob o rito dos recursos repetitivos, qual o juízo competente para processar e julgar demandas ilíquidas contra massa falida. O tema foi cadastrado no sistema de repetitivos do STJ com o número 976.

O colegiado decidirá se a competência para tais demandas é do juízo da falência ou do juízo cível onde for proposta a ação. A proposta de afetação foi apresentada pelo ministro Og Fernandes, relator de um recurso indicado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) como representativo de controvérsia.

Até o julgamento da tese, fica suspensa em todo o país a tramitação dos processos que discutem a mesma questão jurídica.

Segundo o ministro Og Fernandes, somente no âmbito do TJSP existem 1.048 demandas que versam sobre esse tema, evidenciando o caráter representativo de controvérsia.

A questão a ser julgada foi delimitada pelos ministros nos seguintes termos: "Competência para processo e julgamento de demandas com pedidos ilíquidos contra massa falida: se é competente o juízo no qual se processa o feito falimentar ou o juízo cível em que proposta a ação de conhecimento respectiva."

A decisão seguiu as regras previstas no artigo 1.036 do novo Código de Processo Civil (CPC) e do artigo 256-I do Regimento Interno do STJ (RISTJ).

Recursos repetitivos

O CPC/2015 regula nos artigos 1.036 a 1.041 o julgamento por amostragem, mediante a seleção de recursos especiais que tenham controvérsias idênticas. Conforme previsto nos artigos 121-A do RISTJ e 927 do CPC, a definição da tese pelo STJ vai servir de orientação às instâncias ordinárias da Justiça, inclusive aos juzizados especiais, para a solução de casos fundados na mesma controvérsia.

A tese estabelecida em repetitivo também terá importante reflexo na admissibilidade de recursos para o STJ e em outras situações processuais, como a tutela da evidência (artigo 311, II, do CPC) e a improcedência liminar do pedido (artigo 332 do CPC).

Na decisão, os ministros abriram vista para o Ministério Público Federal opinar sobre a matéria. Após o parecer, o processo pode ser julgado pela Primeira Seção.

Leia o acórdão de afetação do tema no www.stj.jus.br.

Processo relacionado: REsp 1643856 *Fonte: STJ

NOTÍCIAS DO STF

► Aplicativo de celular detalha produção dos ministros do STF*



O aplicativo “Supremo em Ação” oferece a partir desta sexta-feira (30) um panorama inédito do trabalho realizado pelos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que agora está ao alcance de qualquer cidadão por meio de smartphone.

A ferramenta digital fornece informações detalhadas sobre a produção de sentenças e o volume de processos judiciais a cargo de cada um dos atuais magistrados do STF, inclusive as ações que ainda dependem de uma decisão. O aplicativo já está

disponível para o sistema operacional Android (para baixar, clique aqui) e, em breve, poderá ser baixado no sistema iOS.

No encerramento da sessão extraordinária do Supremo Tribunal Federal (STF), na manhã desta sexta-feira, a presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, anunciou a ferramenta a seus colegas ministros do Supremo, a quem distribuiu o relatório impresso do Supremo em Ação. “Tudo que aqui se contém estará disponível ao toque do telefone, do iPad, enfim, de qualquer meio de informática (ou dispositivo móvel)”, disse.

Além da praticidade da ferramenta, a ministra destacou a atualização constante do banco de dados do Supremo em Ação, que informará o número de processos conforme a renovação diária do acervo e das decisões dos ministros. “[O aplicativo] é retroalimentado. Portanto, isso muda todos os dias, no final [do dia]. Ao simples toque, vai-se poder ter o que se contém em cada um dos gabinetes”, disse.

Os pesquisadores e estatísticos do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) traduziram o sistema de tramitação processual da mais alta Corte do País em um resumo gráfico de fácil compreensão.

Em poucos cliques, acessa-se um diagrama que expõe a quantidade de processos que tramitam e tramitaram em cada gabinete de ministro do Supremo. Os gráficos distinguem os processos já solucionados daqueles que dependem da avaliação do tribunal e, portanto, ainda estão sob responsabilidade de cada ministro, individualmente. As ações estão separadas por classe: recursos, processos de controle concentrado, ações criminais e as demais originárias. Um glossário de siglas do STF está disponível aqui.

Ao se clicar no ícone gráfico correspondente a cada classe de processo, são listados todos os processos daquela categoria, presentes no acervo dos ministros. Pode-se descobrir, por exemplo, os habeas corpus (HC) no acervo de cada um dos 11 ministros da Suprema Corte, distinguindo-os entre decididos e pendentes. O rol de informações que acompanham o número de cada HC inclui o link para o teor da decisão, o tempo de tramitação e a localização do processo entre os órgãos do tribunal – Plenário, Turmas e Presidente – e o status do julgamento daquela ação, com decisão final, por exemplo.

Além da classe dos processos, o usuário também pode consultar o tipo de decisão tomada pelo ministro nos processos analisados: liminares, decisões finais, com repercussão geral, entre outras. A página referente a cada gabinete dispõe em um lugar destacado o acervo de processos a cargo do ministro titular do gabinete em 2016 e atualmente, a quantidade de processos que lhe foram distribuídos, assim como a quantidade de processos baixados. Como o aplicativo é sincronizado com o sistema virtual de tramitação de processos – e constante a alimentação de dados –, a atualização do “Supremo em Ação” ocorre em tempo real.

Relatório consolidado



O aplicativo também permite acessar um relatório consolidado, trazendo um retrato analítico da atuação do STF entre os anos de 2009 e 2016. O relatório revela a dimensão macro das atividades do Supremo, como o seu custo anual, a composição da sua força de trabalho e a quantidade de ações movimentadas anualmente pelo órgão. Séries históricas permitem acompanhar, ano a ano, desde 2009, a evolução de gastos orçamentários do Supremo, do quadro de pessoal e da entrada das diferentes classes processuais (agravos de instrumento, ha-

beas corpus, entre outras tendências).

Há alguns levantamentos inéditos, como o tempo de tramitação de ações de diferentes classes processuais na Suprema Corte. Os julgamentos de ações penais estão reunidos em um capítulo próprio, que trata dos casos novos, dos processos baixados e dos casos pendentes de julgamento, entre 2009 e 2016, com destaque para a discussão da prescrição penal, em perspectiva comparada nas diferentes instâncias do Judiciário Nacional. Outro destaque é o capítulo que analisa o instrumento da Repercussão Geral, próprio do Supremo Tribunal Federal, analisando minuciosamente seu impacto nas instâncias inferiores da justiça.

No texto de apresentação do relatório que serve de base ao aplicativo, a presidente do STF e do CNJ, ministra Cármen Lúcia, destaca como o estudo que resultou no aplicativo conferiu transparência às atividades do Supremo. “Tem-se, assim, por cumprido, com maior eficiência, o princípio constitucional da publicidade, com maior segurança dos dados examinados, segundo a atuação do Poder Judiciário para conhecimento mais completo dos processos pelos cidadãos”, afirma a ministra.

*Fonte: CNJ

Informativo produzido pelo:

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: ncs@jfes.jus.br

Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

